

# “Nas Mãos de Deus”: reflexões sobre o MST

## “In God’s Hands”: considerations about the MST

FABIANO COELHO\*

**Resumo:** Nas últimas três décadas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, conhecido nacionalmente pela sigla “MST”, se tornou um dos principais e maiores movimentos sociais de luta pela terra no Brasil, se não for o maior. Em seu processo de criação e organização, a Igreja Católica, sobretudo, com os trabalhos desenvolvidos pelos agentes religiosos ligados à Comissão Pastoral da Terra (CPT), teve papel significativo em meio aos sujeitos sem-terra. Nesta perspectiva, o trabalho reflete sobre a relação MST e Igreja, chamando a atenção para os discursos religiosos que fazem parte de sua organização e que são utilizados para incentivar os sujeitos a lutarem pela terra.

**Palavras-chave:** MST. Igreja Católica. Discursos religiosos.

**Abstract:** For the last three decades, the Landless Workers Movement, known as *MST*, has become one of the most important and one of the largest social movements for land fighting in Brazil, if not the largest. In its process of creation and organization, the Catholic Church – especially with works developed by its religious agents connected to the Pastoral Commission of Land (CPT) – had a significant role among the landless individuals. Within this perspective, this work reflects on the relation *MST* x Church, drawing attention to the religious speeches that are part of their organization and that are used to motivate the individuals to fight for the land.

---

\* Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD). Mestre em História pelo PPGH/UFGD (2010). Graduado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS/CPTL (2007). Professor Adjunto do Curso de História da UFGD. Possui trabalhos publicados em livros, periódicos e anais de eventos científicos. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: movimentos sociais, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), reforma agrária, luta pela terra, história e representações, história e imprensa, história cultural, história do tempo presente.  
E-mail: fabianocoelhoofd@gmail.com

**Keywords:** MST (Landless Workers Movement). Catholic Church. Religious speeches.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se tornou um dos movimentos sociais mais pesquisados nos últimos vinte anos, em especial, pelas repercussões e alcance de suas ações em âmbito nacional. Existe uma quantia considerável de livros, artigos, teses e dissertações que procuraram sistematizar a construção do MST<sup>1</sup>. O maior interesse em estudar o Movimento<sup>2</sup> se deu principalmente a partir da década de 1990, no momento em que o MST estava se constituindo em todo o território nacional, chamando a atenção de grande parte dos meios de comunicação.

No artigo, a pretensão não é escrever a “história do MST”. Todavia, torna-se necessário fazer reflexões sobre a construção do Movimento, apontando algumas questões relevantes à sua gênese. Pelo fato de o MST ainda existir, a sua história está em construção e, portanto, analisá-lo significa olhar o seu “devir”, ou melhor, ter a sensibilidade para saber que os seus discursos e práticas não são estáticos e que a sua história está em movimento<sup>3</sup>. Nesta perspectiva, a pretensão do trabalho é refletir sobre a relação MST e Igreja Católica<sup>4</sup>, destacando alguns discursos religiosos que ainda fazem parte de sua organização e que são utilizados para incentivar os sujeitos a lutarem pela terra. A construção do texto está amparada nos aportes teóricos e metodológicos da área de História, especialmente, ao campo de investigação que se denominou “história cultural”<sup>5</sup>.

<sup>1</sup> Dentre esses trabalhos, destaca-se: Fernandes (2000); Stédile (1997); Silva C. (2004); Borges (2004); Coletti (2005); Fernandes; Stédile (2005); Silva, E. (2004); Brandford; Rocha (2004); Lerrer (2008); Carter (2010). As referências das obras desses e demais autores citados em nota de rodapé serão apresentadas de forma completa nas “Referências”.

<sup>2</sup> Quando escrevo Movimento com letra maiúscula, refiro-me ao MST.

<sup>3</sup> Não limito a ideia de “história em construção” apenas aos estudos relacionados ao MST ou a grupos existentes. A edificação do conhecimento histórico em sua essência é dinâmica, sendo as histórias construídas e reconstruídas a todo o momento.

<sup>4</sup> Ao falar de “Igreja”, não estou pensando em uma Instituição “una”. No caso da luta pela terra, “a participação da Igreja não foi unânime nem homogênea”, existiam grupos no interior da Igreja contrários às reivindicações dos trabalhadores rurais sem-terra. Sobre a participação da Igreja na luta pela terra, faço menção aos homens e mulheres, que pela fé, congregavam na Igreja Católica, e por meio das Pastorais Populares auxiliavam os grupos de sem-terras em suas lutas. Ver Gaiger (1987).

<sup>5</sup> As perspectivas da “história cultural” no trabalho são erigidas a partir de Roger Chartier. Esse autor destaca que a preocupação central da história cultural é “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada

Na elaboração do texto, além das referências bibliográficas, foram utilizadas fontes produzidas pelo Movimento, como: Cadernos de Formação, Caderno de Educação, matérias produzidas no *Jornal Sem Terra* etc. O Caderno de Educação nº 10, intitulado "Ocupando a Bíblia", produzido no ano de 2000, teve um lugar especial nas reflexões sobre os discursos religiosos no MST. Deste Caderno, analisaram-se quatro imagens contidas em seu interior, que são relevantes para pensar a proposta do artigo<sup>6</sup>.

Os materiais internos do MST, salvo o *Jornal Sem Terra*<sup>7</sup>, são fundamentais para compreender as ideias e valores, as mudanças e permanências ideológicas do Movimento ao longo do tempo. Os discursos contidos nestes materiais são reveladores de significados sobre o ideário e crenças do MST. Para tanto, é preciso considerar o contexto em que estas fontes foram produzidas, pois há mudanças significativas em suas publicações no transcorrer do tempo, tanto na questão estética, quanto em seus discursos. O trabalho com os materiais produzidos pelo Movimento para seus integrantes exige certa cautela e cuidado do pesquisador, para não correr o risco de reproduzir apenas os discursos dos integrantes de sua organização. Assim, é preciso um olhar atento e crítico perante as fontes.

O MST, antes de sua oficialização em 1984, já vinha sendo articulado por lideranças de trabalhadores rurais de diversos Estados, com o apoio de sindicatos e, principalmente, da Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>8</sup>. Esse fato ficou evidenciado no ano de 1982, quando circulava, provavelmente entre lideranças engajadas na luta pela terra, um convite para o "Primeiro Encontro Nacional dos Sem Terra", realizado em Goiânia, entre os dias 23 e 26 de setembro. Conforme informações contidas no convite, assinado por Derci Pasqualotto, o Encontro foi organizado por lideranças de trabalhadores rurais sem-terra, pelo Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste do Paraná, por alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e com o apoio de órgãos ligados aos traba-

a ler" (1990, p. 17). Ver Chartier (1990; 2002).

<sup>6</sup> Como subsídio teórico-metodológico para leitura e análise de imagens, foram consultados os seguintes autores: Kossoy (2001); Mauad (1996); Manguel (2001); Ciavatta (2002).

<sup>7</sup> O *Jornal Sem Terra* existe desde o ano de 1981, e é um material utilizado pelos militantes do MST, contudo, pode ser adquirido por pessoas externas à sua organização.

<sup>8</sup> A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi criada em 1975, e se constitui um organismo no interior da Igreja Católica. Suas ações são pautadas na articulação e assessoramento de movimentos sociais organizados no campo. No processo histórico de luta pela terra no Brasil, os trabalhos desenvolvidos pelos integrantes da CPT tiveram um papel fundamental, particularmente, no assessoramento e articulação das lutas no campo.

lhos da Igreja junto aos sujeitos sem-terra, como a CPT e o Movimento de Animação Cristã no Meio Rural.

Este encontro tinha como objetivo central discutir o problema da “falta da terra”, ou melhor, a concentração da terra nas mãos de alguns poucos latifundiários ou empresários rurais, que faziam dela objeto de especulação e negócio. Nesta perspectiva, objetivava também compartilhar “as diversas experiências de lutas já ocorridas pela defesa ou conquista da posse ou uso da terra”. Os trabalhadores rurais sem-terra e os grupos que os apoiavam sentiam a necessidade de trocar experiências de lutas, para posteriormente criar novas estratégias a fim de combater “os inimigos” que, naquele momento, tinham como os maiores representantes os latifundiários e o Estado. Além disso, o que também estava em pauta era a possibilidade de estabelecer uma articulação dos sem-terra no âmbito nacional (CONVITE, 1982).

Quando se pensa no MST e na sua oficialização em janeiro de 1984, no transcorrer do I Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais, realizado no município de Cascavel – PR, diversos pesquisadores partem da premissa de que ele começou a ser organizado ali. Porém, sua sistematização foi planejada em fins da década de 1970. Na compreensão dos coordenadores do MST, sua organização começou em 1978, “a partir das lutas concretas que os trabalhadores rurais sem-terra foram desenvolvendo de forma isolada nos Estados da região Sul” (HISTÓRICO DO MOVIMENTO SEM TERRA, 1985, p. 1). Na tentativa de fazer uma cronologia de sua história, em um documento intitulado “Histórico do Movimento Sem Terra”, editado em 1985, o MST chama a atenção para o fato de que seu nascimento foi a partir dos diversos conflitos por terras que se estendiam pelo território brasileiro.

Das articulações entre os diversos grupos organizados de sem-terras, sindicatos de trabalhadores rurais e da efetiva participação da CPT, o ano de 1984 foi apenas para tornar público o Movimento que, ao longo do tempo, se tornou referência na luta pela terra no país e na América Latina. Após sua oficialização, começa então o investimento para se criar um movimento social com nome próprio, com práticas e características distintas de outros grupos que lutavam pela terra.

No processo histórico que culminou na construção do MST, não se pode negligenciar o fato de que os trabalhadores rurais se organizaram devido ao próprio processo de “expropriação e exploração”<sup>9</sup> dos quais sofriam. O intenso

<sup>9</sup> Para compreender este processo, recorro aos estudos de José de Souza Martins (1983, 1991,

processo de expropriação e exploração se constituiu enquanto uma combinação. De acordo com Martins (1991, p. 50), em meio aos anos de 1960, principalmente depois do Golpe Militar de 1964, ocorreu um processo violento de expropriação de pequenos lavradores, representados por pequenos proprietários, posseiros, arrendatários e parceiros. Este fenômeno foi delineado, particularmente, por grandes empresas capitalistas apoiadas com incentivos fiscais provindos do Estado.

É possível dizer que a questão fundiária brasileira teve duas faces: a “expropriação e a exploração”. No Brasil, sempre houve uma clara concentração de terras, em que os pequenos trabalhadores rurais cada vez mais foram perdendo seus espaços, ficando à margem das grandes fazendas. Em fins da década de 1960, a concentração de terras passou a ser alvo das grandes empresas nacionais e multinacionais, geralmente subsidiadas por amplos incentivos fiscais do Estado. Sobre a política desenvolvida pelo Estado, favorecendo ainda mais a concentração de terras no país, José Graziano da Silva, ao descrever a “modernização dolorosa”, de certa forma, complementa o que vinha sendo elucidado. Em suas análises sobre a política do Governo em relação ao campo nos anos de 1960 e 1970, salienta o perpetuar da expropriação dos pequenos trabalhadores rurais. E, para, além disso, a política estatal desenvolveu um fenômeno que ele chama de “modernização dolorosa” (1982, p. 17-32). O adjetivo “dolorosa”, para qualificar a política de modernização no campo, refere-se ao fato de que essa modernização foi, sobretudo, conservadora, uma vez que modernizou-se tecnologicamente o campo, avançou na fronteira agrícola e manteve o grande latifúndio<sup>10</sup>.

Sobretudo, nas décadas de 1970 e 1980, os movimentos sociais do campo surgiram como forma de resistência à expropriação e exploração. A articulação e o trabalho para se organizar o MST, como um movimento nacional na luta pela terra, se efetivaram, principalmente, a partir do cenário caótico que trabalhadores e trabalhadoras do campo vinham sofrendo. Como enfatiza Emerson Neves da Silva, “o Movimento foi construído de forma dialética” (2004, p. 28). Se o MST foi construído de forma dialética, logo, quer dizer que não surgiu espontaneamente, mas por meio dos diálogos, das articulações políticas entre diversos grupos, e também do próprio contexto em que

---

1997), que se tornou uma referência para o entendimento de questões relacionadas à política no campo, à reforma agrária e aos movimentos sociais, especialmente entre as décadas de 1960 e 1980.

<sup>10</sup> Para saber mais sobre o avanço da “fronteira agrícola”, que se intensificou a partir da década de 1960, ver Martins (1997).

os trabalhadores rurais sem-terra viviam no momento. O MST não nasceu de uma forma isolada, espontânea. As lutas organizadas no final da década de 1970 e os Encontros de trabalhadores rurais sem-terra no início dos anos de 1980 já ensaiavam para a criação de um movimento social de caráter nacional, visando unificar a luta pela terra.

Neste processo, destaca-se também o papel fundamental que a Igreja Católica exerceu em sua formação. Mesmo entre as principais lideranças que articularam a criação do MST, há o reconhecimento da importância do trabalho desempenhado pelos “agentes religiosos”<sup>11</sup> em meio aos sujeitos sem-terra, especialmente os trabalhos ligados à CPT<sup>12</sup>. Posteriormente à sua formalização, o Movimento se preocupou em tentar sistematizar a sua história, de modo que há referências sobre ela em seus diversos materiais. O mais significativo, a meu ver, foi o “Caderno de Formação nº 30” (1998), escrito pelo geógrafo Bernardo Mançano Fernandes.

Nesse Caderno de Formação, editado em 1998, cujo objetivo era apresentar aos integrantes do Movimento alguns aspectos relevantes sobre sua construção, está evidenciado o quanto o trabalho da Igreja foi importante para o engajamento dos sujeitos na luta pela terra e para a organização do MST (FERNANDES, 1998, p. 29-32). Na fala de João Pedro Stedile, uma das figuras mais representativas e respeitadas da Direção Nacional do Movimento<sup>13</sup>, entrevistado pela Revista *Estudos Avançados*, no ano de 1997, é perceptível o quanto a Igreja teve influência e auxiliou na construção do Movimento. O mesmo chega a dizer que o MST foi um “filhote” da CPT.

As ações do Movimento, especialmente no período de sua formação e nos seus primeiros anos de existência, estavam sempre ancoradas nos trabalhos da Igreja. Na fala de Stedile, em entrevista citada, o discurso religioso era usado como uma forma de “conscientização” dos trabalhadores rurais, em que a bíblia era usada como uma estratégia para incentivar os indivíduos a irem

---

<sup>11</sup> Por “agentes religiosos” entendem-se os bispos, padres, freiras, pastores e indivíduos leigos que desenvolviam trabalhos com os homens e mulheres marginalizados na cidade e no campo, sob a perspectiva da Teologia da Libertação.

<sup>12</sup> Para além da Igreja Católica, na luta pela terra, havia a participação significativa de grupos religiosos ligados a outras Instituições, como é o caso da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), especialmente, no Sul do Brasil.

<sup>13</sup> Ao longo de sua trajetória, o MST foi criando dentro de sua estrutura organizacional instâncias representativas, como Direção Nacional, Estadual, Regional etc. Para saber mais sobre a estrutura organizacional do MST ver Fernandes (2000).

à luta. Diante das evidências históricas, é possível pensar que o MST nasceu sob o signo do trabalho da Igreja. Entretanto, quando o MST se oficializa em 1984, há uma preocupação constante, por parte do Movimento, em tentar se “desgarrar” da Igreja, no sentido de que ele era um movimento autônomo, em que os próprios trabalhadores rurais Sem Terra<sup>14</sup> tomavam suas decisões.

Em outubro de 1984, o Movimento dedicou um espaço do *Jornal Sem Terra* para esclarecer algumas questões que envolviam o MST e a Igreja. O título do texto é bem sugestivo e sintético: “A Igreja apóia, mas não decide pelo Movimento”. Os responsáveis pela escrita do texto foram os militantes da Regional Sul, que abrangia os três Estados do Sul do país. Havia a preocupação do Movimento em esclarecer seu relacionamento com a Igreja. Naquele momento, muitos sindicatos, partidos de esquerda e o Estado relacionavam a existência do MST como se fosse um movimento da Igreja. Essa matéria foi escrita em tom de resposta a esses grupos em que, segundo a interpretação do Movimento:

Por parte do governo, evidentemente, a intenção é nos enfraquecer porque sabem que o apoio da Igreja representa uma grande força para qualquer Movimento. Para os sindicalistas pelegos e reformistas, porque esse apoio representa um avanço do Movimento e esse avanço representa, concretamente, uma ameaça ao sindicalismo apelegado, acovardado, comprometido com os interesses do governo. E alguns setores de esquerda, com suas críticas, demonstram o quanto estão afastados ainda com a realidade do povo, dos trabalhadores brasileiros (JST, 1984, p. 2).

A relação MST e Igreja ainda não estava definida, desta forma, os coordenadores do Movimento passaram a se preocupar em separar sua imagem da Igreja. Não que o MST estaria negando o apoio da Instituição, porém, queria ser reconhecido como um movimento social autônomo. Dizia que o fato de alguns setores da Igreja apoiarem o MST não significava que os mesmos iriam tomar as decisões pelo Movimento. E fazia questão de garantir “aos companheiros que isso jamais vai acontecer. Nossas lideranças não se formam pela religião, mas pelo trabalho, dedicação, por testemunho de confiança dos companheiros, que participam do Movimento dos Sem Terra” (JST, 1984, p. 2).

Nota-se que o Movimento não queria ser visto como um movimento social da Igreja, mesmo reconhecendo o papel importante da Instituição no seu processo de construção. Em contrapartida, não queria perder o seu apoio,

<sup>14</sup> O nome *Sem Terra* com letra maiúscula diz respeito exclusivamente aos integrantes do MST. Quando escrevo *sem-terra* com letra minúscula e com hífen, estou aludindo a todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais que lutaram (e lutam) por terra.

pois sabia a grande força que tinha perante os trabalhadores rurais. Pensando nessa questão, após um ano e meio de sua formalização, editou o Caderno de Formação Nº 8, sobre “o papel da Igreja no movimento popular”, consequentemente, o papel da Igreja frente ao MST. A produção desse material aconteceu a partir de um curso de formação para lideranças em São Paulo e contou com a colaboração de Frei Betto, da Congregação dos Dominicanos. Algo que também chama a atenção para o investimento do MST em publicar este Caderno de Formação é o fato de que, no início, muitas das suas lideranças tinham saído do seio da Igreja, desempenhando trabalhos junto às pastorais sociais. Assim, era preciso orientá-los para lutar em um Movimento que almejava ser autônomo.

De maneira geral, o conteúdo dessa fonte trazia a questão dos movimentos sociais surgidos após o Golpe Militar em 1964, e a participação das pastorais populares ajudando a organizar o povo no campo e na cidade. A Igreja, com seus agentes religiosos, foi uma espécie de “sementeira dos movimentos populares”. Há também um constante direcionamento em destacar alguns limites da Igreja, dos partidos políticos e até mesmo das organizações de movimentos sociais. Para tanto, na visão do MST, a Igreja tinha de ser também um espaço para formação de militantes.

A Igreja deve também ajudar na formação política de seus militantes, ela não deve nunca querer ser um partido político, ou ser a mãe de um movimento sindical e movimento popular. Deve ser um espaço onde os cristãos também tenham acesso a uma certa formação política. Mas por outro lado, tem que admitir que chega a hora que o lugar do cristão não é ficar nas esferas internas (CADERNO DE FORMAÇÃO nº 8, 1985, p. 15).

A Igreja, para o MST, tinha a dimensão de ser uma abastecedora da fé, de animação dos sujeitos para a luta, com os princípios da Teologia da Libertação<sup>15</sup>. “O que precisamos esclarecer e entender é que, como cristãos, nós devemos estar no movimento popular, sindical, e devemos estar também na Igreja, passar neste posto de gasolina para nos abastecer na fé”. Havia o investimento de ligar a Fé à Política, no sentido de que as duas dimensões necessariamente não poderiam ser excludentes, mas sim complementares. “Nós precisamos complementar a formação religiosa com a formação política” (CADERNO DE FORMAÇÃO nº 8, 1985, p. 17-18).

<sup>15</sup> Em síntese, é possível dizer que a Teologia da Libertação direciona o seu olhar para os oprimidos (opção preferencial pelos pobres), sendo que a libertação proposta por esta teologia deve acontecer nos mais variados aspectos: econômico, social, político e religioso. Ver Boff (1986).

Ao analisar este Caderno de Formação, percebe-se que o MST não vê problema algum em um militante ser religioso, participar das reuniões da Igreja, das missas, afora outros espaços. Muito pelo contrário, o Movimento vê que isso é um ponto positivo para a luta pela terra, à medida que quando os sujeitos estão “abastecidos espiritualmente”, estes ficam mais animados para as lutas que virão pela frente. Entretanto, há um certo dimensionamento bem claro de que quem executa as decisões no Movimento são os próprios trabalhadores e que um movimento popular deve ser autônomo da Igreja, fato este que levou o MST a investir no rompimento de sua imagem com essa Instituição, mesmo não negando o seu apoio.

Cristiani Bereta da Silva, pesquisando as relações de gênero (homem-mulher) no MST, salienta algo relevante para se refletir sobre as questões que envolveram Igreja e MST, particularmente em seus primeiros anos. A pesquisadora constatou, por meio de alguns documentos, como relatórios de reuniões, uma preocupação latente nos discursos de lideranças em distanciar a relação do Movimento com a Igreja. Ou seja, a necessidade, do grupo ir conquistando sua autonomia. Sobre isso, percebeu o distanciamento do MST na ordem das ações. Contudo, notou que ainda havia uma relação estreita diante dos discursos produzidos, em que a dimensão “bíblia” e “luta pela terra” caminhavam em sintonia (2004, p. 27-38). Os discursos de efeito como “terra mãe”, “terra de irmãos”, como sendo um direito coletivo e bem comum se faziam presentes nas manifestações dos Sem Terras.

O que se percebe é que a Igreja não foi afastada bruscamente pelas lideranças do MST na década de 1980. Entretanto, suas ações foram sendo relativizadas e redimensionadas. Ou seja, a Igreja passaria a ter lugares definidos para atuar e prestar assessoria ao Movimento. Os discursos da Igreja eram muito relevantes dentro das estratégias do MST, pois, em meio aos sujeitos, tinham o peso da verdade. Um dos papéis mais eficazes que a Igreja desempenhava e insistia era na interlocução dos movimentos sociais com o Estado. Além de preparados politicamente, os agentes religiosos tinham outra grande força que era o fato de ser uma “autoridade eclesiástica” e, para alguns, os representantes de Deus na Terra.

O Caderno de Formação nº 5, editado em 1985, é dedicado exclusivamente para elucidar algumas questões da organização do Movimento. Nele está contido como o MST deveria ser organizado, tanto na esfera municipal, como estadual e nacional. Por parte do MST, há uma tentativa de relativizar a influência e o lugar da Igreja no Movimento, num sentido de que sendo um movimento de massas,

quanto mais gente tivesse integrada, maior seria sua força na base em nível nacional. A Igreja deveria ser vista como uma assessoria. O teor dessa publicação não seria de excluir grupos que apoiavam a luta e sim de redimensionar o lugar que esses grupos ocupariam dentro da estrutura organizacional do MST. Tendo características de um movimento de massas, em nível nacional, o Movimento não poderia, pelo menos formalmente, defender bandeira de nenhuma religião. Assim, o MST não poderia “se definir por nenhum partido, por nenhuma religião. Cada lavrador tem o direito a ter sua crença, seu partido político. Mas o Movimento, como um todo, tem apenas seus princípios de luta” (CADERNO DE FORMAÇÃO nº 5, 1985, p. 16).

Em 1985, a presença da Igreja Católica nas ações do Movimento era substancial, tendo lugares e funções já definidas. De acordo com Silva, pensar a relação Igreja e MST implica ficar atento na análise dos discursos (re) produzidos pelas “vozes autorizadas” do Movimento, ou seja, das lideranças que escrevem e falam pelo MST desde o seu nascimento até os dias atuais, questionando como os discursos vão sendo incorporados, ou deixados fora de seus planos (2004, p. 30). Em seus primeiros anos, o MST se apropriou de alguns lemas que os grupos religiosos engajados na luta pela terra usavam. A palavra de ordem “Terra para quem nela trabalha”, utilizada principalmente pela CPT, ganhou destaque em diversas manifestações do Movimento.

Existem diversas pesquisas em relação ao MST que procuraram refletir sobre a sua estreita relação com a Igreja, especialmente em seus primeiros anos<sup>16</sup>, até pelo fato de as principais lideranças do Movimento fazerem questão de lembrar esse apoio. Para tanto, olhando o Movimento na atualidade, passados vinte e nove anos de sua existência, será que é possível encontrar discursos provindos desta relação tão profícua na organização do MST? Como o Movimento ainda se apropria de discursos religiosos e os ressignifica para sua luta?

A partir de 1984, ano de sua oficialização, o MST, declarando-se autônomo, começou a investir em sua organização interna. A preocupação do Movimento era unificar as lutas pela terra, estabelecendo-se em diversos estados da nação, e construir um movimento com características e práticas próprias. Se for atentar para o processo de resistência do MST, em mais de duas décadas de existência, é possível dizer que ele foi sendo construído a partir das necessidades e pela dinâmica política, social e econômica do país.

<sup>16</sup> Além das obras sobre o MST que estão sendo citadas neste artigo, destaco as seguintes pesquisas que buscaram compreender a relação do MST com a Igreja: Vendramini (1997); Strappazon (1996); Lara Junior (2005); Vargas Netto (2007).

As suas formas de se movimentar estavam estritamente conectadas com a realidade em que se encontrava. No transcorrer dos anos que vem marcando a história de luta e resistência do MST, Emerson Neves da Silva entende que sua capacidade de enfrentar os desafios se processou como a maior aliada para seu fortalecimento e fez com que fosse se construindo dia após dia. “A capacidade criativa do movimento é decisiva para a sua construção a partir da superação dos limites históricos em que as invenções de novas formas organizativas e teóricas medeiam o diálogo com a realidade, consolidando, assim, o movimento” (2004, p. 71).

Consolidando-se como um movimento social nacional na luta pela terra, o MST desenvolveu uma sólida organização como um movimento de caráter coletivo. Suas ações estão registradas em inúmeras ocupações de terras, em organização de acampamentos e assentamentos, na criação de cooperativas, de escolas, dentre outras ações. O Movimento resiste há mais de vinte e nove anos e se faz presente em quase todos os Estados do país, não atuando apenas no Acre, Amazônia e Amapá.

A partir das leituras de alguns materiais impressos pelo MST e de trabalhos sobre o Movimento nos últimos vinte anos, compreendo que o Movimento em sua trajetória de lutas construiu outras preocupações para além da terra. A saúde, o saneamento básico, a educação, dentre outros elementos necessários para o viver nos assentamentos, integram, junto à reforma agrária, as reivindicações do MST. Os seus discursos foram se modificando de acordo com o desenvolvimento político e ideológico de seus integrantes e das próprias mudanças sociais brasileiras e globais. Na compreensão de Cristiani B. da Silva, no transcorrer da trajetória histórica do MST, não houve apenas mudanças devido ao fruto de seu amadurecimento político e ideológico (2004, p. 37). O MST mudou por causa das próprias necessidades, em que novos elementos e estratégias foram incorporados, no sentido de dar conta e expressar o que o grupo esperava das lutas. Todas essas questões se fizeram na perspectiva do “dever” do Movimento.

Mas, se ainda há resquícios de discursos no MST, fruto de sua estreita relação com a ala progressista da Igreja, posso dizer que sim. Conforme Silva, refletir sobre a relação entre Igreja e MST é pensar nas instâncias dos discursos que foram sendo edificados pelas lideranças do Movimento até os dias atuais (SILVA, 2004, p. 30). O Movimento, por mais que tenha se tornado “autônomo”, não abriu mão do diálogo e da ajuda dos progressistas da Igreja. Em diversas

publicações do *Jornal Sem Terra* era comum encontrar textos que traziam em seu conteúdo elementos religiosos e, por vezes, algumas entrevistas com autoridades religiosas, simpatizantes da luta dos trabalhadores sem-terra e da reforma agrária<sup>17</sup>.

Ao analisar alguns discursos produzidos pelo MST, nota-se que “terra para quem nela trabalha”, “terra prometida por Deus”, dentre outros discursos utilizados pelos agentes religiosos, nos trabalhos com os sujeitos sem-terra, ainda resistiam no interior do Movimento. Não é raro encontrar uma Cruz em manifestações do MST, simbolizando o sofrimento dos pobres da terra e a relação “luta pela terra e fé”. Um exemplo elucidativo da permanência dos discursos religiosos cristãos, entre meio aos discursos produzidos no MST, está no Caderno de Educação nº 10, intitulado, “Ocupando a Bíblia”. Esse Caderno foi produzido pelo Setor de Educação do MST, em outubro de 2000, tendo como responsáveis por sua elaboração Elda Broilo e Paulo Ricardo Cerioli, ambos pertencentes à Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrinianas (MSCS).

A elaboração desse material, segundo o Setor de Educação do MST, se deu pelo fato de que a educação religiosa também faz parte da produção integral do ser humano, e que a fé ajudaria a mover os lutadores e lutadoras. Numa análise geral, o MST retoma alguns discursos utilizados pelos agentes pastorais no campo nas décadas de 1970 e 1980. A realização da reforma agrária se configuraria em “transformar a terra de Deus em terra de irmãos e irmãs” (CADERNO DE EDUCAÇÃO nº 10, 2000, p.6). Destaca-se que, o Caderno de Educação referido ainda é utilizado em escolas de assentamentos e acampamentos em que o MST participa da organização.

Num primeiro momento, algo que já chama a atenção neste Caderno é o seu nome. Literalmente, a proposta do Movimento é “ocupar a bíblia” e fazer dos seus textos um instrumento de animação e estímulo para a “libertação” do povo. A perspectiva é de que os Sem Terra precisam ocupar a bíblia em dois sentidos. O primeiro é que os “lutadores e as lutadoras da terra precisam conhecer, pelo menos um pouco, a história de um povo de fé que lutou pela terra milhares de anos atrás. Esta luta é tão velha como a arte de fazer a roça. Isto só é possível se ocuparmos este Livro Sagrado”. Posterior a isso, “os Sem

<sup>17</sup> Como exemplo, cito as matérias intituladas “A terra é de quem nela trabalha”, e “Deus não pregou injustiça social”. Ambas se encontram respectivamente em: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março/maio de 1985, Ano IV, nº 43. p. 15; e *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 1989, Ano IX, nº 81. p. 14.

Terra precisam perceber melhor a força libertária da fé na luta pela justiça e por uma nova sociedade” (CADERNO DE EDUCAÇÃO nº 10, 2000, p. 6). Observa-se que os sentidos propostos para a “ocupação da bíblia” são ligados a uma fé que deveria despertar a força transformadora e que estimulasse os sujeitos a irem à luta.

A produção desse Caderno visava contribuir com a “Educação Religiosa” de educadores/as da Educação Fundamental, que atuavam em escolas de acampamentos e assentamentos de reforma agrária em que o MST se fazia presente. Ele tinha a finalidade de oferecer uma proposta de conteúdo e algumas recomendações didáticas para os professores/as. O Caderno está dividido em seis partes, em que são tratados assuntos amplos, tanto do Novo como do Antigo Testamento. Há temas relacionados à luta pela terra, à construção de uma nova sociedade, aos valores cristãos, às datas comemorativas como a Páscoa e o Natal. O interessante é que muitas passagens bíblicas trabalhadas no Caderno foram transportadas para o contexto de atuação do MST. O combate ao modelo político neoliberal do Estado, implantado pelo até então presidente Fernando Henrique Cardoso, a denúncia da expropriação e exploração e da violência contra homens e mulheres do campo são constantes. Numa análise mais detalhada, é possível perceber o modelo de sociedade que o MST almejava construir, seus princípios, seus objetivos e visões de mundo.

Algo que chama a atenção foram as imagens impressas no Caderno. Elas possuem uma função pedagógica no material, auxiliando na compreensão dos textos. Além disso, as imagens são reveladoras. Analisando algumas delas, observa-se que o MST fazia uso de discursos utilizados pelos agentes religiosos nos trabalhos pastorais junto aos trabalhadores rurais sem-terra há quase quatro décadas atrás. Nessa direção, o Movimento se apropriou dos discursos religiosos e os ressignificou, de uma forma que contemplasse diretamente suas lutas. O MST, no contexto bíblico, seria um Movimento que luta pela libertação do povo oprimido, em busca da “terra prometida”.

O Caderno ressalta a promessa da terra prometida por Deus ao seu povo. Essa terra estava nas mãos dos latifundiários e precisava ser re-conquistada. Deste modo, “a boa nova é de que a terra é de Javé. Por isso ela deve estar a serviço de todos. Por isso a posse é de quem trabalha nela. Por isso ela deve ser cuidada com carinho” (CADERNO DE EDUCAÇÃO nº 10, 2000, p. 53). Esse discurso reproduzido pelo MST em 2000 tem a mesma conotação dos discursos que o Movimento se apropriava em fins da década de 1970 e no

transcorrer dos anos de 1980. Na ilustração do texto sobre a “Terra Prometida”, encontra-se uma imagem significativa com o discurso de que Deus não havia passado escritura de terra para ninguém. Ou seja, se Ele não passou, a terra se tornaria comum a todos. Eis a imagem:

*Imagem 1 – Deus não passou escritura de terra para ninguém*



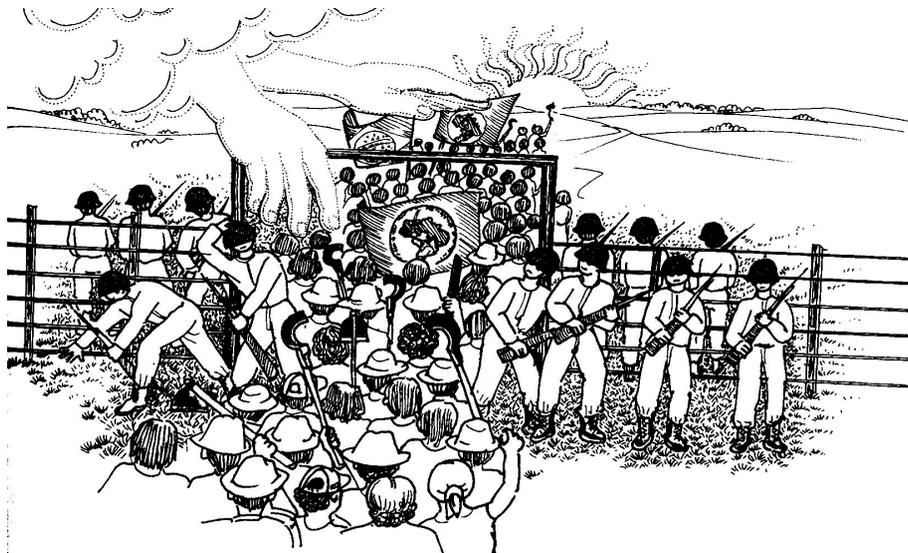
Fonte: Elda Broilo. In: Caderno de Educação nº 10, 2000, p. 53.

Esse discurso, por meio da imagem, chama a atenção dos Sem Terra para o fato de que Deus não tinha dado propriedade a ninguém, e que a terra, como sendo criação Divina, era um bem de todos. Então por que uns poucos tinham tanta terra e milhões de pessoas no campo não tinham nenhuma? A terra deveria ser redistribuída, não por uma questão de caridade, mas para que se cumpra a justiça de Deus. As escrituras que legitimavam a posse da terra não eram coisas criadas por Deus, pois o mesmo não tinha dado nenhuma escritura a ninguém. Sob este discurso, dentre outros, o MST fazia com que a religião legitimasse as ações políticas, contribuindo, de forma efetiva, para que os sujeitos se organizassem, a fim de conquistar a “terra prometida por Deus”, e que estava sob poder de poucas pessoas.

Existe uma quantidade considerável de imagens que poderia ser analisada, porém, a fim de não perder o foco do trabalho, irei analisar apenas quatro, evidenciando que o MST compreendia como importante a utilização dos discursos de

cunho religioso para incentivar os sujeitos a irem à luta. Todas as imagens do Caderno foram feitas por Elda Broilo que também participou da elaboração do conteúdo escrito do material e que pertencia a uma ordem religiosa já mencionada. Os discursos são uma mescla de conteúdos políticos e religiosos, em que, juntos, um acaba legitimando o outro. Ao falar sobre a Aliança de Javé (Deus em hebraico) com seu povo, há uma ilustração bem expressiva, na qual a intenção era sugerir que os integrantes do MST são esse povo de Deus, que luta contra as cercas do latifúndio e contra a opressão e miséria.

*Imagem 2* – As mãos de Deus protegendo os Sem Terra em uma ocupação de terra



Fonte: Elda Broilo. In: MST – Caderno de Educação nº 10, 2000, p. 79.

A imagem mostra a ocupação de uma fazenda improdutiva. Na frente e dentro da fazenda se encontram policiais armados, representando o poder instituído do Estado, que serviam aos interesses da classe dominante, no caso, dos latifundiários, protegendo suas propriedades. Mesmo com tantos policiais armados, os Sem Terra, com suas ferramentas nas mãos, adentram a fazenda. O momento da ocupação é marcante para milhares de trabalhadores rurais sem-terra, pois a tensão e a angústia se misturam com a esperança de que aquela terra venha a ser a “terra prometida por Deus”.

O que chama a atenção na imagem não é só o incentivo por parte do MST em relação à ocupação de terras improdutivas, mas que, durante elas, Deus

estaria com suas mãos protegendo os trabalhadores Sem Terra. Assim, Deus estaria do lado da luta do MST e suas mãos livradoras estariam presentes nos momentos difíceis. Veja na ilustração que as duas mãos de Deus, “invisíveis, porém, reais”, saem das nuvens do céu e protegem a entrada dos Sem Terra na fazenda e com um “poder sobrenatural” fazem com que os policiais, que estão ao lado esquerdo da porteira, se desequilibrem e recuem na entrada dos sujeitos. Uma mão protege a entrada dos trabalhadores e a outra os guiam para a terra prometida. No centro da fazenda, está uma bandeira do MST, e já dentro da área ocupada os sujeitos carregam uma bandeira do Brasil e do Movimento, caminhando rumo à terra prometida, representada pelo Sol radiante ao fundo do desenho. Deus, num gesto de aliança com seu povo, coloca suas mãos sobre as duas bandeiras, abençoando o momento e a luta do Movimento.

Na análise de imagens, é necessário prestar atenção em todos os detalhes, tendo em vista que eles podem revelar significados profícuos que num primeiro olhar não é possível perceber. Neste desenho, a imagem de Deus não só legitima o momento, como abençoa a luta do MST. Ainda sobre a imagem, esta pode ser remetida à passagem de Moisés e à passagem do povo de Israel pelo Mar Vermelho, no antigo testamento das “Escrituras Sagradas”<sup>18</sup>. As cercas e a porteira simbolizavam os obstáculos do povo Sem Terra para sair da “escravidão”, e assim entrar na terra prometida, onde encontrariam liberdade. Algo semelhante ao que ocorrera com os israelitas na passagem pelo Mar Vermelho, ocasião em que a imensidão de águas separava o “povo de Deus” de sua liberdade. Atravessar o mar significava se livrar do jugo dos egípcios e caminhar rumo à terra prometida pelo Senhor. Fazendo uma analogia, mesmo que extemporânea, romper as cercas e porteiras para os Sem Terra representava fugir do jugo dos latifundiários, ou do poder instituído, e também caminhar rumo à terra em que Deus já havia feito compromisso com seu povo.

Preocupado com a Educação Religiosa nas escolas dos acampamentos e assentamentos, o MST reproduz o mesmo discurso da “opção de Deus pelos pobres”. Para isso, evoca os princípios do Jesus Cristo Libertador, pregado pela corrente da Teologia da Libertação: “No Evangelho de Lucas, Jesus fala de libertação. Libertar é quebrar os grilhões, é organizar o povo para lutar pelos seus direitos rompendo com a lógica excludente da sociedade, por ser baseada no lucro e por isto idolátrica” (CADERNO DE EDUCAÇÃO n° 10, 2000, p. 93).

<sup>18</sup> Ver a passagem bíblica em: Êxodo, 14. 15-25. In: *A Bíblia Sagrada*. Trad. João Ferreira de Almeida. 2ª Edição. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993. p. 50.

Nessas palavras, a libertação só iria acontecer com a organização do povo, e a opção pelos pobres se configuraria como o posicionamento contra a sociedade capitalista excludente, idólatra do lucro. Assim, a passividade não tinha lugar, o libertar tinha de ser fruto da organização coletiva e da resistência. A partir de uma ação política e na fé em Jesus Cristo Libertador, eram direcionados os discursos publicados pelo Movimento no Caderno de Educação analisado. Estes sublinham ainda que não precisaria temer, pois o “Libertador” estava no meio do povo, de uma maneira invisível, mas real.

No interior da fonte que está sendo analisada, outra imagem se destaca em relação à tentativa do MST em ressaltar que Jesus Cristo estava junto ao povo oprimido, consequentemente do lado das ações dos Sem Terra.

*Imagem 3 – Jesus Cristo está junto ao povo, lutando pela reforma agrária e outras necessidades sociais*



Fonte: Elda Broilo. In: MST – Caderno de Educação nº 10, 2000, p. 93.

À frente dos homens e mulheres organizados se destaca a bandeira da reforma agrária. Entretanto, junto à bandeira da reforma agrária, os cartazes evidenciam outras necessidades reivindicadas historicamente pelo MST, como saúde e educação. Nota-se que a imagem objetiva mostrar que a luta pela reforma agrária não poderia ser isolada. Assim, o “emprego” e a “moradia”

nas cidades também eram alvos das reivindicações, e a aliança entre trabalhadores rurais e operários ressoa na imagem. Nesse sentido, para a luta ficar mais forte era necessário o diálogo e união entre os diversos movimentos sociais. Na manifestação do povo organizado, junto ao MST, outros movimentos sociais se faziam presentes, como Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), entre outros. A imagem também traz várias mensagens de enfrentamento ao sistema capitalista, à medida que reivindica saúde, educação, emprego, moradia, e, sobretudo, com um cartaz enfatizando “fora ao Fundo Monetário Internacional (FMI)”.

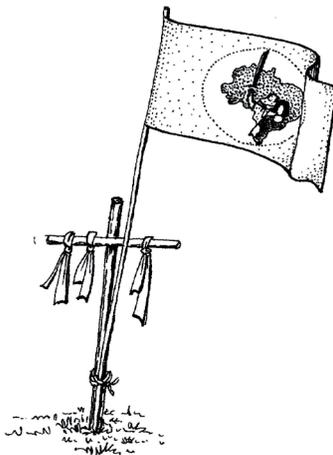
Sobre a imagem, é possível extrair muitas questões inerentes ao MST. Todavia, o que cabe destacar aqui, a partir daquilo que se vinha discutindo, é como a imagem traz a figura de Jesus Cristo ao centro da organização do povo. A ilustração expressa um clima de harmonia, principalmente, a partir dos rostos dos diversos sujeitos. Todos estão sorrindo, demonstrando convicção e fé na luta. As manifestações de caráter político e social dos pobres do campo e da cidade, de certa forma, também ganham uma conotação religiosa. O ideal de se organizar coletivamente e conquistar direitos que lhes são negados ganha força com a presença do “Libertador”, o filho de Deus, em meio à luta do povo. A mensagem está pautada no ideal de que a luta social não poderia parar, pois é legítima e que Jesus Cristo estava junto do seu povo e iria ajudar no direcionamento dos embates. As lutas pelos direitos terrenos se fundiam ao caráter transcendental de Jesus. O político e o religioso que, em primeira instância, parecem tão distintos, se fundem numa combinação quase perfeita nas ações dos trabalhadores rurais Sem Terra.

Nessa direção, em um artigo intitulado “O Movimento dos Sem Terra: uma análise sobre o discurso religioso”, os pesquisadores Maria de Lourdes Beldi de Alcântara e Marcelo Justos constatam que o discurso religioso no MST acaba por amalgamar o seu projeto político. Para além do discurso religioso, a questão simbólica migrada da Igreja para o Movimento também se configura como constituidora do imaginário do MST. Para tanto, as analogias bíblicas de um povo que deve lutar pela terra prometida ainda são muito fortes e presentes em sua organização. No entender desses autores:

O MST traz para o cotidiano a promessa da terra, como a redenção conquistada pelo sofrimento das expulsões, das ocupações, dos acampamentos, dos confrontos com a polícia e a segurança privada, das caminhadas. Em cada um desses sacrifícios está a esperança de terra para morar e plantar (ALCÂNTRA; JUSTOS, 2006, s/p).

Em decorrência do diálogo do Movimento com grupos religiosos, “grupos progressistas”, especialmente os ligados à Igreja Católica, no âmbito dos discursos, o MST se apropriou do locus do “sagrado” e da eficácia da simbologia religiosa para suas ações. Não obstante, o Movimento conseguiu agregar o binômio “Fé e Política” com muita propriedade, legitimando suas práticas e estimulando os sujeitos a crerem em seus projetos. Nessa direção, outra imagem significativa impressa na publicação analisada diz respeito ao símbolo da “cruz” no Movimento. Na retomada da luta pela terra, a cruz era um dos símbolos mais fortes nas manifestações por terra. No acampamento Encruzilhada Natalino, a cruz se tornou o símbolo maior e mais importante para os sujeitos, pois representava os sofrimentos e alegrias, a morte e a vida daquele grupo em meio à luta que estavam travando. Em diversos acampamentos, assentamentos, escolas, ocupações, manifestações públicas, dentre outros locais que o MST se faz presente é possível encontrar uma cruz ao lado da bandeira do Movimento, ou quem sabe até imbricadas a sua bandeira.

*Imagem 4 – Cruz e bandeira do MST amarradas*



Fonte: Elda Broilo. In: MST – Caderno de Educação nº 10, 2000, p. 99.

Na imagem acima, a cruz e a bandeira do MST continuam, ou querem continuar, amarradas. A fé e a luta pela terra, por meio das lutas históricas, demonstram que são duas dimensões que se combinam muito bem. O MST soube catalisar isso com muita sabedoria. Algo significativo contido na imagem é que o mastro com a bandeira do Movimento se tornou maior que

a cruz. Ou seja, por mais que a simbologia da cruz esteja presente nas ações e discursos do MST, a cruz não poderia ser maior que a bandeira do Movimento. Então, é possível perceber que para o MST não há problemas da cruz ser compreendida como um símbolo sagrado, caminhar junto ou “amarrado” com sua bandeira profana, desde que a cruz não venha prevalecer<sup>19</sup>. Por meio da imagem, observa-se que o Movimento se apoiava na Cruz e nos significados que a mesma ressoa, dependendo do momento e ocasião.

A partir do que foi exposto no artigo, foi possível compreender que a relação MST e Igreja teve e ainda tem algumas aproximações. O Movimento em sua trajetória de lutas reproduziu, ou melhor, utilizou discursos religiosos sobre a terra, no intuito de legitimar suas ações políticas. Pelo fato de o Movimento se apropriar e utilizar discursos religiosos para legitimar as suas ações e os seus objetivos, não quer dizer que o mesmo deixou de perder sua autonomia. A utilização de discursos e práticas religiosas nos trabalhos com os sem-terra se tornou eficaz, pois os sujeitos se reconheciam nas linguagens e compartilhavam de uma fé comum, centrada na luta pela terra prometida.

## Fontes diversas

Convite – *Primeiro Encontro Nacional dos Sem Terra*, 1982.

*Histórico do Movimento Sem Terra* – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Secretaria Regional Sul, 1985.

Entrevista com João Pedro Stedile. *ESTUDOS AVANÇADOS*. O MST e a questão agrária. São Paulo: IEA, v.11, n.31: 69-97, 1997.

*Jornal Sem Terra*. Porto Alegre, outubro de 1984, Ano III, nº 39.

MST – Caderno de Formação nº 8. *O papel da Igreja no Movimento Popular*. São Paulo, novembro de 1985.

MST – Caderno de Formação nº 5. *Organização*. São Paulo, agosto de 1985.

*Jornal Sem Terra*. São Paulo, março/maio de 1985, Ano IV, nº 43.

*Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 1989, Ano IX, Nº 81.

MST – Caderno de Educação nº 10. *Ocupando a Bíblia*. Setor de Educação do MST, outubro de 2000.

*Imagem 1* – Deus não passou escritura de terra para ninguém.

*Imagem 2* – As mãos de Deus protegendo os Sem Terra em uma ocupação de terra.

<sup>19</sup> Tive essa interpretação a partir das fontes que revelavam as visões da organização do MST. Contudo, para grande parte dos sujeitos que integram o Movimento, pode ser que a cruz como um símbolo sagrado seja mais significativo e prevaleça sobre qualquer outro, até mesmo em relação à bandeira do Movimento.

*Imagem 3* – Jesus Cristo está junto ao povo, lutando pela reforma agrária e outras necessidades sociais.

*Imagem 4* – Cruz e bandeira do MST amarradas.

## Referências

- ALCÂNTARA, Maria de L. B. de; JUSTOS, Marcelo. O Movimento dos Sem Terra: uma análise sobre o discurso religioso. *Revista Imaginário*. Disponível em: <www.imaginario.com.br/artigo/a0061\_a0090/a0064.shtml>. Acesso em: 15 out. 2006. (s/p).
- BOFF, Leonardo. *Jesus Cristo Libertador: ensaio de Cristologia crítica para o nosso tempo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- BORGES, Maria Celma. *De pobres da Terra ao Movimento Sem Terra: práticas e representações camponesas do Movimento Sem Terra no Pontal do Paranapanema – SP*. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual Paulista - UNESP, Assis, SP, 2004.
- BRANFORD, Sue; ROCHA, Jan. *Rompendo a Cerca: a história do MST*. São Paulo: Casa Amarela, 2004.
- CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- \_\_\_\_\_. *A Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
- CIAVATTA, Maria. *O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900 - 1930)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- COELHO, Fabiano. *A Prática da Mística e a luta pela Terra no MST*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, Dourados, MS, 2010.
- COLETTI, Claudinei. *A Trajetória Política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas - Campinas, SP, 2005.
- FERNANDES, Bernardo M. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. Caderno de Formação nº 30. *Gênese e Desenvolvimento do MST*. São Paulo: Editora Perez, 1998.
- FERNANDES, Bernardo M.; STEDILE, João Pedro. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005.
- GAIGER, Luiz. I. G. *Agentes Religiosos e Camponeses Sem Terra no Sul do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 2ª Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

- LARA JUNIOR, Nadir. *A mística no cotidiano do MST: a interface entre religiosidade popular e política*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, São Paulo, SP, 2005.
- LERRER, Débora F. *Trajétoérias de Militantes Sulistas: nacionalização e modernidade do MST*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, RJ, 2008.
- MANGUEL, Alberto. *Lendo Imagens*. Uma história de amor e ódio. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MARTINS, José de S. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo histórico*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes. 1983.
- MAUAD, Ana Maria. *Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces*. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, p. 1-15, 1996.
- SILVA, Cristiani B. da. *Homens e Mulheres em Movimento - Relações de Gênero e Subjetividades no MST*. Florianópolis: Momento Atual, 2004.
- SILVA, Êmerson N. da. *Formação e Ideário do MST*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.
- SILVA, José G. da. *A Modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- STÉDILE, João Pedro. (Org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- STRAPAZZON, João Paulo Lajus. “...*Eo Verbo se fez Terra*” – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (SC) 1980-1990. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, SC, 1996.
- VARGAS NETTO, Sebastião Leal F. *A Mística da Resistência: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos*. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, 2007.
- VENDRAMINI, Célia Regina. *Consciência de classe e experiências sócio-educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, São Carlos, SP, 1997.